

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOÃO CHINELATTO SANTILLI

**O CAFÉ E A FORMAÇÃO ECONÔMICA PAULISTA: O CASO DO MUNICÍPIO DE
ARARAS (1904-1905)**

Sorocaba
2022
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOÃO CHINELATTO SANTILLI

**O CAFÉ E A FORMAÇÃO ECONÔMICA PAULISTA: O CASO DO MUNICÍPIO DE
ARARAS (1904-1905)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientação: Prof. Dr. Gustavo Pereira da Silva

Sorocaba
2022

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço aos meus pais, Cristina e Ricardo Santilli, pois foi através dos seus esforços que tive todas as oportunidades que precisei para concluir essa etapa.

Agradeço também aos meus irmãos Caio e Lucas, por me mostrarem através de exemplos, o melhor caminho a ser percorrido.

Agradeço as entidades Otimiza Empresa Júnior e Associação Atlética Acadêmica ECAD por me permitirem utilizar parte dos conhecimentos obtidos em sala de aula de forma prática no meu dia à dia.

Agradeço a todos os Professores do Departamento de Economia da Universidade Federal de São Carlos, por todo conhecimento transmitido em sala de aula.

Em especial agradeço ao meu Professor e orientador Dr. Gustavo Pereira da Silva, que entre diversos encontros pode me auxiliar no caminho a ser percorrido durante esse trabalho.

Agradeço por fim, a Universidade Federal de São Carlos que me permitiu vivenciar experiências incríveis e formar memórias que eu jamais esquecerei.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a formação agrícola cafeeira do estado de São Paulo, focando no caso de Araras no período entre 1886 e 1905. Abordando tópicos como o impacto do complexo cafeeiro na formação socioeconômica do município de Araras no início do século XX, a importância da corrente imigratória no processo de formação e transição agrícola do estado e como as crises do café impactaram na distribuição agrícola do município estudado. Por meio da análise dos dados da Estatística Agrícola e Zootécnica de Araras no ano Agrícola de 1904-1905 fornecido pela Secretária da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, foi possível analisar e realizar apontamentos referente ao processo de formação do complexo cafeeiro no estado de São Paulo e referentes ao caso do município de Araras no período entre 1886 e 1905. É possível observar que formação da estrutura produtiva do café atraiu o imigrante que no primeiro momento supriu as necessidades de mão de obra, mas também foi de extrema importância na formação do centro urbano, principalmente no abastecimento de suprimentos para a população local através de estabelecimentos comerciais e com a produção dos demais produtos agrícolas. Os resultados apontam que existe uma tendência de decadência produtiva do café no município de Araras no início do século XX que é possível identificar através dos dados analisados no ano agrícola de 1904-1905, originado entre outros fatores por desencadeamentos das crises de superprodução cafeeira, queda do preço internacional do café e do envelhecimento das plantações, essa observação é evidenciada também pelo movimento de fragmentação das terras agrícolas e a transição da monocultura para a policultura, com frequência realizada por novos proprietários estrangeiros.

Palavras-chave: Araras. Café. Complexo cafeeiro. Imigração. Formação Cafeeira.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the coffee agricultural formation in the state of São Paulo, focusing on the case of Araras in the period between 1886 and 1905. Approaching topics as what is the impact of the coffee complex on the socioeconomic formation of the city of Araras in the beginning of the century XX, the importance the immigration flow in the process of agricultural formation and agricultural transition in the state and how the coffee crises impacted the agricultural distribution of Araras. Through the analysis of data from the Agricultural and Zootechnical Statistics of Araras in the Agricultural year 1904-1905 provided by the Secretary of Agriculture, Commerce and Public Works of the State of São Paulo, it is possible to analyze and make attestation regarding the process of formation of the coffee complex in the state of São Paulo and referring to the case of the municipality of Araras in the period between 1886 and 1905. It is possible to observe that the formation of the coffee production structure attracted the immigrant who at first met the needs of manpower but was also extremely importance in the formation of the urban center, mainly in the supply of supplies for the local population through commercial establishments and with the production of other agricultural products. The results indicate that there was a trend of productive decline of coffee in the city of Araras at the beginning of the 20th century, which is possible to identify through the data analyzed in the agricultural year of 1904-1905, originated among other factors by triggering the crises of coffee overproduction, fall of the international price of coffee and the aging of plantations, this observation is also evidenced by the movement of fragmentation of agricultural land and the transition from monoculture to polyculture, often carried out by new foreign owners.

Keywords: Araras. Coffee. Coffee complex. Immigration. Coffee Formation.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Divisão de trabalhadores nas propriedades agrícolas de Araras 1904-190541
- Gráfico 2 - Evolução da produção cafeeira de Araras entre 1886 e 1920 (em arrobas)43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil e seus principais produtos de exportação (1851-1910).....	15
Tabela 2 - Produção exportável de café das principais regiões produtoras (em % do total)....	16
Tabela 3 – Entrada de imigrantes no Brasil por nacionalidades.....	21
Tabela 4 – Expansão das linhas ferroviárias em São Paulo	23
Tabela 5 - Estado de São Paulo - Movimento financeiro e expansão da Rede Ferroviária da Cia. Mogiana e da Cia. Paulista.....	25
Tabela 6 – Produção agrícola e população – Zona Norte do estado de São Paulo.....	27
Tabela 7 – Produção agrícola e população – Zona Central do estado de São Paulo	28
Tabela 8 – Produção agrícola e população – Zona Mogiana do estado de São Paulo.....	29
Tabela 9 – Produção agrícola e população – Zona Paulista do estado de São Paulo	29
Tabela 10 - Participação por zona na produção total de café do estado de São Paulo.....	30
Tabela 11 – População e produção de café na região de Araras e São Carlos	33
Tabela 12 - Evolução do número de cafeicultores instalados no município de Araras (SP) entre 1897 e 1912	35
Tabela 13 - Tamanho das propriedades agrícolas de Araras em 1904-1905.....	37
Tabela 14 - Tamanho das propriedades cafeeiras de Araras em 1904-1905.....	38
Tabela 15 - Distribuição de área cultivada em diferentes tamanhos de propriedades.....	38
Tabela 16 - Composição das propriedades agrícolas em Araras 1904-1905.....	39
Tabela 17 - Participação nas produções agrícolas por nacionalidade em Araras 1904-1905...	40
Tabela 18 - Crescimento da participação da comunidade italiana nas atividades comerciais urbanas em Araras	40
Tabela 19 - Maiores fazendeiros de café em Araras 1904-1905	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

CIA – Companhia

PIB – Produto Interno Bruto

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SP – São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A FORMAÇÃO DA ECONOMIA CAFEIEIRA NO BRASIL.....	14
2.1 O café e sua mão-de-obra: os escravos.....	17
2.2 O café e sua mão-de-obra: os imigrantes.....	19
2.3 O transporte do café e as ferrovias	22
2.4 A formação do complexo econômico cafeeiro de São Paulo	25
3. AUGE E O DECLÍNIO DO CAFÉ NAS REGIÕES PAULISTAS	27
4. A FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO AGRÍCOLA DE ARARAS	32
5. O ESTADO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE ARARAS EM 1904-1905	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

1. INTRODUÇÃO

O município de Araras é situado no interior do estado de São Paulo na microrregião de Limeira e mesorregião de Piracicaba à 170 quilômetros da capital do estado de São Paulo (Araras, 2015 - Plano de turismo), possui uma localização favorável tendo como eixo de circulação a rodovia Anhanguera que se seguiu aos trilhos da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro (Zambarda; Sampaio, 2001). Araras possui uma área territorial de 644,831 km² e a população estimada de aproximadamente 136 mil habitantes de acordo com o IBGE de 2021 tendo no último censo demográfico oficial de 2010 registrado cerca de 118 mil habitantes, representando a quinquagésima sétima maior população do estado de São Paulo. A cidade possui um IDHM considerado alto de 0,781 ocupando a posição 119 no ranking brasileiro de IDHM (índice de desenvolvimento humano municipal) de acordo com o PNUD DE 2010, subindo 39 posições em relação a última medição em 2000. Em 2019, o município passou a ocupar a 99ª posição em relação ao PIB per capita estadual com R\$ 44.204,85 e uma renda per capita mensal de 921,76 reais segundo PNUD de 2010.

O primeiro registro do povoado dessa região foi em 1818 por uma sesmaria de légua e meia que era formada pelas bacias hidrográficas do ribeirão Itapura, rio Mogi e ribeirão das Araras. Em 1862, foi erguida a primeira capela de Nossa Senhora do Patrocínio de Araras (padroeira da cidade) no território conhecido como “bairro das Araras” que pertencia parte ao município de Limeira, parte ao município de Mogi Mirim e parte ao município de Rio Claro, segundo Ulson (1948). Através da lei provincial n.29 de 24 de março de 1871 o povoado de N. S do Patrocínio das Araras passou a se categorizar como vila e, em 1879, Araras foi elevada a categoria de cidade, sendo que naquele período o município produzia cerca de trezentas arrobas de café e possuía cerca de 5 mil habitantes, com metade dessa população composta por escravos, Ulson (1948).

Os fundadores da cidade foram os irmãos Bento de Lacerda Guimarães e Jose de Lacerda Guimarães que fizeram a doação do terreno respectivo a capela Nossa Senhora do Patrocínio em 1865, que viria a se tornar um marco importante da cidade de Araras. Os irmãos Lacerda foram casados com as filhas e herdeiras de Joaquim Franco de Camargo (o Alferes Franco), senhor de engenho e, depois, grande cafeicultor que deixou para seus 18 herdeiros algumas terras como o Sítio das Araras, Sítio Morro Azul, Sítio do Rumo e Fazenda Montevideo, além de 182 escravos (Cressoni, 2007). Os irmãos Lacerda construíram entre ambos uma sociedade sobre o objeto principal em cultura do café nas terras de sua posse, em grande parte situadas

na região de Araras, sendo a região detentora de grandes fazendas de lavoura de café que foram o eixo da economia local até 1930.

A cidade de Araras teve na produção de café o fator fundamental na organização agrária local, influenciou a formação socioeconômica da cidade, impulsionou a utilização de mão de obra escrava, bem como atraiu grandes levas de imigrantes europeus ao final do século XIX e começo do XX, como visto em outras localidades paulistas (Diniz, 1968; Caldeira, 1929; Zambarda e Sampaio, 2001).

Dentre a historiografia econômica relativa ao município de Araras, podemos citar o trabalho de Diniz (1968) em que o autor aponta uma tendência declinante na produção cafeeira no final do século XIX. Ele destaca a composição da cidade de Araras no início do século XX com uma grande distribuição de renda entre os produtores, grande diversificação de culturas agrícolas e uma caracterização de bairros rurais fragmentados das grandes fazendas do café no período de crise. De acordo com o autor, a diversificação das culturas alinhada com a fragmentação das terras da região são reflexos diretos da crise do café – vinculada sobre a idade dos cafezais – e do desmembramento das grandes fazendas, formando pequenas produções as quais encontravam outros tipos de cultura que se encaixavam com o determinado solo de suas terras.

Diniz (1968) destaca como uma das evidências de queda da produção a inserção de imigrantes na cidade, que após um grande crescimento entre 1890 e 1900, passou a desacelerar no início do século XX devido a condições melhores e salários maiores dos grandes centros com a produção em alta, esse cenário é uma consequência da extrapolação produtiva dos plantios da cidade de Araras frente a crescente produção desses grandes centros. O autor menciona que, a partir de 1896, já era possível identificar os sinais de crise através da policultura intensificada, da fragmentação das grandes fazendas, do acúmulo de desempregados, da redução de grandes fazendas de café devido a redução da terra roxa disponível e do envelhecimento dos pés de café.

Complementando a bibliografia, Cressoni (2007) traz em sua obra um compilado de diferentes textos referentes ao surgimento da cidade de Araras, da forma de produção utilizada no cultivo do café e cita, de maneira breve, a participação da mão de obra imigrante no período. Ele mostra a evolução da produção do café entre 1897 e 1912 e demonstra uma tendência de queda da cultura no começo do século XX motivada por fatores como a queda do preço internacional do café, a geada de 1902 e a valorização do mil réis. Como mencionado pelo autor, a cidade de Araras até 1900 era representada por uma grande concentração em torno de poucas fazendas, onde apenas 6 fazendas representavam 47% de toda a produção de café,

predominantemente nas mãos de brasileiros. Ele menciona a composição dos proprietários rurais e urbanos, demonstrando um crescimento na participação do imigrante na atividade rural e urbana a partir do século XX. Entre 1886 e 1900, o estado de São Paulo teve um crescimento de 86,6% na sua população, Araras teve um crescimento de 22,5%. A cidade passou de 14 para 27 produtores rurais estrangeiros em 1905 que representaram 23,3% de toda produção da cidade, além disso, a participação de estrangeiros como proprietários de estabelecimentos comerciais passou de 45% em 1896 para 63,76% em 1912 representando a importância desse processo de imigração estrangeira.

O artigo de Zambarda e Sampaio (2001) complementa a bibliografia sobre o desenvolvimento inicial da cidade de Araras, ao explorar as etapas da industrialização ararense que marcam a evolução econômica da cidade. O artigo cita que a partir do final do século XIX o município já observava iniciativas industriais, mas a riqueza gerada pela agricultura e, principalmente da cafeicultura, impeliu o desenvolvimento urbano no final do século. O café teve um papel importante para a evolução da indústria na cidade, ele proporcionou a ampliação do mercado interno do estado de São Paulo e parte dos produtores investiram esses lucros na indústria, construiu ferrovias e formou uma estrutura de portos para escoamento da produção.

O trabalho de Zambarda e Sampaio (2001) traz que, a partir de 1908, o município de Araras já atravessava uma decadência da produção de café através da divisão das terras para a introdução da policultura afim de gerar novos impulsos na economia da cidade, replicando a visão de Diniz (1968) para trazer que o processo de mudança social nesse período da passagem do século XIX para o século XX foi intenso, a maioria das fazendas mudaram de proprietários, principalmente para a posse de estrangeiros. A cafeicultura segundo as autoras Zambarda e Sampaio (2001) foi delimitadora das bases estruturais da cidade, moldou características fundiárias, exploração dos municípios, delimitação dos bairros rurais, desenvolveu a mão de obra assalariada e, ademais, promoveu a chegada de imigrantes que se tornariam os maiores detentores de propriedades. Por fim, elas mencionam que houve uma simbiose entre indústria e agricultura que se expressou na criação de unidades de beneficiamento e transformação de matéria prima de origem agrícola fundamentais na primeira etapa de industrialização de Araras.

Levando em consideração os trabalhos abordados até aqui, é possível identificar a existência de uma lacuna no campo das pesquisas referentes a estrutura agrária da cidade de Araras e na formação da estrutura socioeconômica da cidade no fim do século XIX, que será proposto nessa análise. O presente trabalho tem como objeto de estudo a estrutura agrária cafeeira que se expandiu fortemente pelo estado de São Paulo na segunda metade do século XIX, gerando expansão da infraestrutura, da mão de obra remunerada, do comércio interno e

externo, do aumento do mercado consumidor, entre outros reflexos, mas que também passou por períodos de crise produtiva na transição do século XIX para XX que refletiram diretamente nas bases socioeconômicas do estado, com forte participação do imigrante estrangeiro na formação do comércio urbano e na produção agrícola, sendo a cidade de Araras uma representante desse cenário exposto, considerando sua relevância como produtora de café no final do século XIX¹.

Dessa forma, o foco do trabalho é verificar se de fato houve uma queda na produção de café de Araras entre 1886 e 1905, qual era a estrutura agrícola da região em um período de decadência produtiva do café, como isso refletiu na formação socioeconômica da cidade de Araras e qual foi a participação do imigrante estrangeiro nessa etapa da formação da cidade. Para embasar a análise, os dados primários utilizados têm como fonte de dados a base Estatística Agrícola de Araras dos anos de 1904 à 1905 disponibilizados pela Fundação SEADE, a qual utilizaremos para identificar as principais questões levantadas pelo presente trabalho.

¹ Em 1888, os cinco municípios paulistas de maior produção cafeeira foram (em toneladas): Campinas (22.000); Amparo (14.000); Rio Claro (9.000); Araras (7.500); e Belém do Descalvado (6.250) (Taunay, tomo IV, 1939).

2. A FORMAÇÃO DA ECONOMIA CAFEEIRA NO BRASIL

No início do século XIX, o Brasil se caracterizava como um país com fragilidades na formação, sem conhecimento técnico próprio e incapaz de gerar acúmulo de capital suficiente para incentivar esforços em novas atividades econômicas. De acordo com Celso Furtado (2005) era necessário ao país reintegrar-se à expansão do comércio internacional, visto que o desenvolvimento construído a partir do mercado interno só é possível quando o país detivesse um organismo econômico que já atingiu certo nível de complexidade a partir do avanço e da autonomia tecnológica.

De acordo com Furtado (2005), o Brasil no início do século XIX necessitava de projetos com perspectivas claras de lucro ou se submeter a taxas de juros altas para captação de crédito externo para investimento no progresso interno. A partir desse cenário, o país segundo Furtado (2005) necessitava buscar por meios internos a recuperação da sua economia para atrair a captação do investimento externo, no entanto o principal produto exportador, a cana de açúcar, estava em queda no mercado externo devido, entre outros motivos, ao seu mercado consumidor ter encontrado outras maneiras de suprir a necessidade pelo produto – como a extração do açúcar da beterraba. De outra parte, seu segundo produto mais exportado, o algodão, sofreu uma drástica queda de demanda devido a forte produção norte-americana que visava a Inglaterra como mercado consumidor, derrubando o preço e a rentabilidade do produto.

Portanto, havia uma dificuldade de articulação às grandes linhas do comércio internacional nas décadas iniciais do século XIX e ficava clara a necessidade de um produto com alto potencial de exportação e que baseasse sua produção no insumo terra, abundante em território nacional (Furtado, 2005). De acordo com Prado Júnior (1981), o café foi identificado como potencial produto de exportação e, apesar de ter sido introduzido no Brasil em 1727 e cultivado apenas para consumo próprio, foi a partir do início do século XIX que esse produto se tornou um artigo de luxo no consumo dos países do ocidente, passando a estimular a produção nas colônias tropicais ao mesmo tempo que se percebeu a alta dos preços a partir da desorganização do até então maior produtor Haiti, em virtude de sua revolução de independência.

Tabela 1 - Brasil e seus principais produtos de exportação (1851-1910)

Datas	Participação (em %) na Receita das Exportações					
	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Couros e Peles	Outros
1851-1860	48,8	21,2	6,2	2,3	7,2	14,3
1861-1870	45,5	12,3	18,3	3,1	6	14,8
1871-1880	56,6	11,8	9,5	5,5	5,6	11
1881-1890	61,5	9,9	4,2	8	3,2	13,2
1891-1900	64,5	6	2,7	15	2,4	9,4
1901-1910	52,7	1,9	2,1	25,7	4,2	13,4

Fonte: Singer (2006, p.387).

Como pode ser visto conforme a tabela 1, o café tomou uma proporção muito grande em relação a participação na receita das exportações do país de forma muito rápida, desde a metade do século XIX, o café já detinha quase 50% da participação nas exportações e em menos de 50 anos chegou a representar perto 64,5% de toda receita de exportações do país.

Prado Júnior (1981) aponta que apesar do café ter se expandido de forma rápida no território brasileiro, ele possui particularidades em seu cultivo, como uma banda restrita de temperatura que a árvore suporta, alta sensibilidade a geadas e ao calor extremo, necessidade de uma distribuição de chuva uniforme, qualidade de solo bastante específica e um período para início de frutificação de 4 a 5 anos. Todas essas condições foram possíveis de se encontrar no território brasileiro, principalmente na região centro-sul do país que detém condições menos extremas e um solo menos degradado por culturas anteriores. Outro fator estimulante para produção do café no Brasil foi a expansão do mercado consumidor nos Estados Unidos, país com robusto crescimento econômico já no século XIX e que se tornou o principal destino das exportações de café do Brasil.

Quanto à localização dos cafezais, a primeira grande região produtora de café no Brasil foi o vale do Rio Paraíba fluminense, a partir de uma vasta condição natural de cultivo da cultura, altitude que oscila entre 300 e 900 metros, precipitações regularizadas, presença de encostas para proteção contra o vento e uma mata virgem sem esgotamento de nutrientes (Prado Junior, 1981). A região no auge do seu desenvolvimento representou a excelência de produção cafeeira no Brasil no terceiro quartel do século XIX, a produção no local em 1835 já alcançava 1 milhão de sacas de café, passando para 1,5 milhão em 1840 e continuou a crescer a passos lentos até 1870 onde atingia 1,8 milhão de sacas e chegando no seu auge com 2,6 milhões em 1886.

No entanto, na segunda metade do século XIX, alguns problemas com os cafezais do Vale do Paraíba eram latentes, como o esgotamento das reservas naturais acelerado devido a

falta de cuidados e manutenção (gerados por um sistema de exploração extensivo e descuidado), a adoção de planos simplistas e cômodos de extração que se preocupavam apenas com a produção momentânea, e por fim, a falta de aperfeiçoamento produtivo a fim de otimizar a produção sem degradar o ambiente sem devido plano de recuperação. Outros fatores específicos quanto a produção foram causas desse declínio da produção na região após 1886, como os fortes declives que foram plantados os pés de café e que não suportaram o desnudamento das florestas derrubadas e a exposição do solo a ação das intempéries climáticas gerando rápida erosão do solo, além da falha distribuição dos plantios (Prado Junior, 1981; Simonsen, 1973). Segundo Cano (2007) os processos agrícolas utilizados no Vale do Paraíba fluminense e paulista², as condições do solo e a topografia traziam uma restrição de disponibilidade de terras, fazendo com que a erosão e exaustão das terras empregadas reduzissem a possibilidade de expansão da exploração daquele território, tendo a região uma limitação para o avanço da exploração comercial daquela terra.

Em meio ao declínio dos cafezais no Vale do Paraíba, a região do Oeste Paulista - localidades geograficamente situadas entre Campinas e Ribeirão Preto – seria notabilizada por uma forte ascensão dos cafezais. Fisicamente essa região é bem diferente da primeira, sendo caracterizada com um relevo unido permitindo a presença de largas extensões de produção, ademais, sua diferença topográfica permitiu que os cafezais sofressem menor ação das intempéries, sua menor declividade detinha o efeito de proteger o solo das ações que afetaram o Vale do Rio Paraíba, além disso, a região do interior de São Paulo é detentora de um solo bastante fértil e propício para a produção do café, tendo possibilitado a ela condição de maior produtora do principal bem exportado do país desde o final do século XIX (Prado Junior, 1981).

Tabela 2 - Produção exportável de café das principais regiões produtoras (em % do total)

Anos	São Paulo	Rio de Janeiro	Minas Gerais	Espírito Santo
1876-1880	24,3	52,2	20,2	3,3
1881-1890	37,1	37,8	20,8	4,3
1891-1900	60,5	11,5	22,7	5,3
1901-1910	68	7,3	20,4	4,3
1911-1920	70,2	6,1	18,4	5,3
1921-1930	66,5	5,6	20,7	7,2

Fonte: Cano (2002, p. 52).

² A região ocidental do Vale do Paraíba tinha como cidades produtoras do café principalmente até 1860: Resende, Barra Mansa, Vassouras entre outras. Enquanto a região oriental fluminense a qual após 1860 recebeu o deslocamento do café tinha como foco produtivo as cidades de Cantagalo, Paraíba do Sul, etc.

Através da tabela 2 podemos acompanhar a localização do café no país e principalmente a transferência de hegemonia produtiva entre Vale do Rio Paraíba e o Oeste Paulista. Como é exibido pelos dados até o intervalo de 1876 a 1880 o Rio de Janeiro representava mais de metade da produção de café no país, cenário que rapidamente passou a mudar com o forte crescimento produtivo no estado de São Paulo. Os demais estados como Minas Gerais e Espírito Santo tiveram uma média estável, representando respectivamente 20% e 5% em média em todo período analisado, enquanto São Paulo teve sua representatividade acrescida fortemente a partir de 1881, chegando a ter 68% da produção exportável de café em 1891, substituindo significativamente o Rio de Janeiro que decaiu sua participação para 7,3% no mesmo período.

2.1 O café e sua mão-de-obra: os escravos

Segundo Furtado (2005), a força de trabalho brasileira na metade do século XIX era constituída em sua maioria por mão-de-obra escrava (aproximadamente 2 milhões de escravos), que se concentrava em determinadas atividades produtivas como cana de açúcar no nordeste ou até mesmo no início do café no Vale do Paraíba, por esse motivo, qualquer empreendimento que viria a surgir deveria considerar a inelasticidade da oferta de mão de obra após 1850 com o fim do Tráfico negreiro no país.

Em 1872, o Brasil tinha cerca de 1,5 milhão de escravos, segundo o primeiro censo demográfico do país. A escravaria do Brasil apresentava uma taxa de natalidade inferior à de mortalidade. A presença de uma taxa de natalidade inferior à de mortalidade no Brasil representava a condição de vida precária que era a realidade dos escravos no país, tanto em relação ao nível de trabalho como alimentação e moradia, aspectos que, com o fim do Tráfico em 1850 e a redução da chegada de novos africanos, traduziu-se no aumento do preço dessa mão de obra e na intensificação de suas jornadas de trabalho nas lavouras, aumentando ainda mais o desgaste dessa população (Furtado, 2005).

A evolução do sistema cafeeiro nas regiões do Centro-Sul do país em meados do século XIX foi viabilizada pelo tráfico interno de escravos, migrando escravos das regiões Norte e Nordeste – e até mesmo do Sul – que eram comercializados por unidades agrícolas com menor rentabilidade de suas produções decadentes - como as regiões algodoeiras e açucareiras - em favor do aumento de rentabilidade e capitalização da região Centro-Sul vinculada ao café. Nesta, os produtores que até então se dividiam entre outros gêneros agrários passaram a

aumentar o espaço produtivo da lavoura cafeeira em detrimento de outras culturas, demandando um maior contingente de escravos chegados à região (Furtado, 2005).

A partir da segunda metade do século XIX, houve a evolução da produção cafeeira nas terras do Oeste Paulista, junto a esse movimento a região passou a absorver em grande escala a chegada de escravos após 1850 devido às vastas terras de suas fazendas. É mencionado por Rossini (2016) que os escravos trazidos ao Centro-Sul do país eram originários dos sertões e do agreste norte-nordestino onde a produção pecuária e agrária que estavam sujeitas ao emprego da meação ou do trabalho familiar autônomo, já que os senhores do engenho mesmo com a relevância da sua produção reduzida não venderam seus escravos para as produções do sudeste, mas sim, eles competiram com outros escravistas por essa mão de obra.

Com a penetração do café no Oeste Paulista não se percebia mais a limitação de terras encontrada no Vale do Paraíba e, ainda que não se possa categorizar como modernas, as técnicas empregadas no Oeste Paulista eram significativamente mais eficientes do que as utilizadas no Vale do Paraíba. No interior de São Paulo já era possível visualizar a utilização do uso do arado e da máquina capinadeira sendo que, a utilização desses implementos, aliados ao trabalho de um animal e de uma pessoa, substituía a utilização de 6 escravos. Portanto, a utilização do escravo nessa região era mais eficiente, passando a cada escravo cuidar de cerca de quatro vezes mais área do que na região do Vale do Paraíba. A fertilidade das terras, com a idade menos avançada dos pés de café, junto a técnicas agrícolas mais avançadas e eficientes trazia uma produtividade física cinco vezes maior do que na região fluminense de acordo com Simonsen (1973).

Segundo Cano (2007), as máquinas de beneficiamento e as ferrovias traziam o aumento da produtividade e redução dos custos, bem como o aumento nas margens de lucros, o que permitia a expansão das terras produtivas de acordo com o aumento da demanda externa. Dessa forma, a partir de 1870 começava a se explicitar a dificuldade de permanência do escravismo no café como base do trabalho pela condição que o sistema escravista se apresentava naquele momento, com o tráfico abolido e o estoque de escravos diminuindo no Brasil, impedindo a ampliação dessa mão de obra, pois à medida que as lavouras de café cresciam constantemente a quantidade de escravos se mantinha constante ou mesmo decrescia³.

³ Em resumo, os fatores que levaram à crise do sistema escravista no Brasil foram: 1- Mudança do equilíbrio econômico regional, com a região do oeste paulista tomando frente da expansão do café 2- Interrupção do tráfico atlântico de escravos devido a perseguição inglesa contra essa prática, intensificada em 1849 e 1851; 3- Alta do preço do escravo devido ao fim do tráfico transatlântico e do crescimento do comércio interno pós 1850 ; 4- Alta Taxa de mortalidade dos escravos em relação a sua condição precária; 5- Abolição gradual do escravismo a partir das promulgações de 1850. 6- Prática de alforrias as quais foram intensificadas a partir da hostilidade contra a escravidão durante os últimos 25 anos do regime servil; 7 – Crescente intensificação de rebeliões nas senzalas

2.2 O café e sua mão-de-obra: os imigrantes

A partir de 1850, período marcado pelo fim do Tráfico, o país passava por um crescimento em exploração das terras, no entanto, o Brasil apresentava como um grande problema econômico a escassez na oferta de mão de obra. A partir de 1860, o déficit de mão-de-obra se tornou mais forte, uma vez que o preço do café tornava sua expansão produtiva mais atrativa e demandava mais trabalhadores na lavoura e outras atividades do circuito cafeeiro (Furtado, 2005).

Segundo Furtado (2005), devido a falha tentativa da política de colonização do governo imperial em relação ao problema de mão de obra, a elite do café passou a buscar formas diretas de solucionar a questão. De início, o senador Vergueiro com apoio de financiamento de transporte do governo, trouxe 80 famílias camponesas da Alemanha para sua fazenda na localidade paulista de Limeira na metade do século XIX. A iniciativa do senador despertou interesse em outros produtores e mais 2 mil pessoas, em grande parte da região da Alemanha/Suíça, vieram transferidas para o Brasil até 1857. A ideia do senador Vergueiro era basicamente uma adaptação do sistema de imigração da Inglaterra para os EUA em que o imigrante vendia seu trabalho futuro, tendo a principal parte do financiamento de transporte custeada pelo governo. O sistema basicamente se concluiu em uma servidão temporária, já que o estado financiava o custo, o colono vendia seu trabalho futuro e a fazenda detinha da mão de obra do colono o qual tinha o contrato que o obrigava a não abandonar a fazenda antes de pagar toda sua dívida, refletindo em um sistema fortemente capaz de gerar condições de abuso sobre o imigrante europeu.

O sistema de parceria foi o primeiro a ser empregado, em que a renda era incerta e atrelada à produção e venda da safra – em que metade dos lucros iriam para o imigrante. Portanto, o risco produtivo era reduzido para o senhor das terras enquanto havia possibilidade de miséria caso houvesse perda de colheita para os colonos. Esta precária situação financeira do colono seria resolvida a partir da década de 1880, quando se desenvolveu o sistema do colonato, em que o colono tinha sua renda principal garantida, recebendo um salário para tomar conta de uma determinada quantidade de pés de café acrescido de uma variável de acordo com o volume da produção, além da possibilidade de plantio e criação em terras da fazenda (Furtado, 2005).

gerando fugas de escravos até mesmo respaldadas na justiça pelas extensas esferas da sociedade. Logo devido a esses fatores e com a chegada do fim desse sistema escravista o país passou a se deparar com uma necessidade de suprir essa mão de obra (Alves, 2006; Versiani, Tannuri-Pianto e Vergolino, 2003; Furtado, 2005; Eisenberg, 1987; Rossini, 2016).

A partir dos anos 1880 houve incentivos para a introdução da imigração europeia no Brasil, como o custeio dos gastos de transporte pela província de São Paulo e o Governo Imperial – depois federal – para imigrantes que viriam às lavouras de café. Além disso, os fazendeiros cobririam os gastos do imigrante durante o primeiro ano de atividade e gêneros de primeira necessidade para o trabalhador e sua família, dando a segurança ao imigrante em relação à sua renda e aos gastos de transporte, gerando uma grande corrente migratória de origem europeia rumo as plantações agrícolas brasileiras.

Ademais, naquele momento a Itália passava por uma unificação política com profundas consequências econômicas, a região sul com menor desenvolvimento e produtividade agrícola tinha dificuldade de enfrentar a concorrência da região norte do país, acumulando uma desorganização econômica e intranquilidade social que estimulou um grande fluxo de italianos pelo mundo, inclusive adentrando ao Brasil.

Com o fim da escravidão em maio de 1888, o medo era latente em relação à grande falta de mão de obra e era necessário encontrar uma solução alternativa para esse problema. A solução encontrada foi estimular a vinda de trabalhadores estrangeiros, principalmente italianos e, posteriormente, de países da Europa Oriental, Espanha, Japão e mesmo do Oriente Médio, processo esse que ficou conhecido como “Grande Imigração”⁴.

A adoção do trabalho livre nas fazendas de café no final do século XIX trouxe grandes levadas de imigrantes, em sua maioria, europeus em um movimento de massa, proporcionando transformações sociais e econômicas no estado de São Paulo, proliferando núcleos populacionais ao interior paulista, núcleos que giravam em torno do café. Entre 1882 e 1886 as chegadas de imigrantes eram inferiores a 6.000 pessoas, no entanto, o aumento nestes números passou pela atuação de instituições como a Sociedade Promotora de Imigração que tinha como propósito recrutar, transportar e distribuir a mão de obra imigrante, a subsídio do transporte, papel complementado pela construção da Hospedaria do Imigrante, bases essas que foram essenciais para a alocação dessa mão de obra imigrante (Martins, 2013).

A chegada de imigrantes, apesar de constante no país, sofreu momentos de avanço e de desaceleração. Entre 1887 e 1900, chegaram cerca de 884.883 imigrantes a São Paulo, mas na primeira década do século XX houve uma queda neste fluxo devido às dificuldades na lavoura

⁴ A última década do século XIX foi fortemente marcada pelo início do crescimento da população no Brasil, pois em 1880 a população brasileira era de cerca de 14,3 milhões de habitantes, passando para 18,1 milhões em 1900. Nas décadas seguintes, os índices de crescimento demográfico tornaram-se ainda maiores, passando para 27,2 milhões de habitantes em 1920 e chegando em 41,2 milhões de habitantes em 1940. No estado de São Paulo, a taxa de crescimento foi ainda maior que no resto do país passando de 2.278.608 habitantes em 1900 para 4.592.188 para 1920 e 8.180.316 para 1940 (Camargo, 1952).

cafeeira. Com a proximidade da Primeira Guerra Mundial, essa chegada aumenta novamente, atingindo a 275.788 indivíduos entre os anos 1911-1913. Mas, com a crise do café e o início da guerra, houve uma desaceleração do ritmo de chegada, que seria revertido na década de 1920, paralelamente ao aumento do preço do café até a Crise de 1929 (Martins, 2013).

A imigração do estado de São Paulo percebeu uma predominância da chegada de italianos que representaram 46% dos imigrantes entre 1887 e 1900. As condições para os imigrantes em São Paulo nem sempre eram as ideais, e isso se refletia em relatos de alguns imigrantes que retornaram à Itália e nos informes consulares que embasaram o Decreto Prinetti (1902) proibindo a imigração subsidiada para o Brasil – mantinha-se a possibilidade da migração espontânea (Petroni, 1978). Mesmo com o decreto, havia ainda a chegada de italianos burlando o Decreto, através de passagens gratuitas nos portos, imigrantes que pagavam a própria passagem, mas o volume de entrada diminuiu drasticamente no início do século XX, e passou a representar 26% dos imigrantes chegados entre 1901 e 1930. Com o decreto de interrupção do grande volume de italianos, os agentes de imigração passaram a alocar esforços na busca por pessoas de outras regiões, como pode ser visto na tabela 3. Vale mencionar o grande crescimento de espanhóis, alemães, portugueses e japoneses na primeira década do século XX.

Tabela 3 – Entrada de imigrantes no Brasil por nacionalidades.

Anos	Total	Alemães	Espanhóis	Italianos	Japoneses	Portugueses	Outros
1897	144.866	930	19.436	104.510	-	13.588	6.402
1913	190.333	8.004	30.866	30.866	7.122	76.701	26.556
1930	62.610	4.180	4.253	4.253	14.076	18.740	18.143
1940	18.449	1.115	409	411	1.268	11.737	3.469
Total	416.258	14.229	54.964	140.040	22.466	120.766	54.570

Fonte: Hugon (1973, p.99-100).

Como pode ser visto na tabela 3 a grande maioria de imigrantes chegados ao país em 1897 eram italianos seguidos dos espanhóis. Com o passar dos anos a quantidade de imigrantes chegados ao país aumentou, no entanto, em uma composição diferente, passando a ter a maior entrada de imigrantes português no país e uma grande queda na entrada relativa a italianos devido aos decretos instaurados na Itália.

Camargo (1952) ressalta uma distribuição irregular dos imigrantes e trabalhadores pelas diversas regiões ao analisar o crescimento da população no estado de São Paulo. Nota-se a preferência do envio de imigrantes nas primeiras duas décadas do século XX para as zonas

mais prósperas, como a Mogiana e a Baixa Paulista⁵. Nas duas décadas que seguem, a maioria dos imigrantes eram encaminhados para as zonas novas como Araraquarense, Noroeste, Alta Sorocabana e Alta Paulista. Para estas se dirigiu mais da metade do elemento estrangeiro de 1901 a 1940 (Camargo, 1952).

Uma vez que a necessidade de trabalhadores da lavoura nunca declinou mesmo durante períodos em que a lavoura pouca se expandiu, tal movimento abria posições para outros imigrantes. A formação de fazendas tornou-se um grande negócio, durante mais de um século e clamou-se pela falta de braços mesmo durante a crise de superprodução ou de baixa de preços do café, que na realidade não passava de um meio de pressão para obtenção de subsídio para a imigração (Martins, 1996).

Principal forma de organização do trabalho nos cafezais paulistas desde fins da década de 1880 até a de 1930, o contrato de colono é descrito por Holloway com rendimentos que incluíam a combinação de salários em dinheiro e gratificações não monetárias. Os salários em dinheiro vinham de três fontes diversas: recebia-se pelo trato do café durante o ano, pela colheita e por trabalhos ocasionais, estes em menor quantidade. Compunham ainda os recebimentos do colono, as fontes de receita não monetárias que eram moradia, e o empréstimo de terra cultivável, sendo as últimas difíceis de se quantificar. Portanto o grande crescimento dos municípios paulistas tem relação à vinda de trabalhadores imigrantes e nacionais, seja de colonos assalariados, comerciantes e proprietários, cada qual a sua maneira ligada ao complexo cafeeiro (Holloway, 1984).

2.3 O transporte do café e as ferrovias

De acordo com Cano (2007), até o surgimento das ferrovias no Brasil, o transporte era realizado por carros de boi ou tropas de mulas, o que limitava o crescimento de determinadas culturas para exportação pela restrita capacidade de carga destas formas de transporte, principalmente quando se tratava da produção em regiões distantes dos portos.

⁵ A partir desse ponto serão citadas as chamadas zonas territoriais que tratam-se de um zoneamento geográfico do estado de São Paulo apresentado pelo trabalho de Sérgio Milliet – Roteiro do café, são elas compostas pelos principais municípios: 1-A zona Norte inclui o litoral e tem como principais municípios Caraguatatuba, Guaratinguetá, Ubatuba, Taubaté, etc.; 2-A zona Central que incluiu a Campinas, Piracicaba, Bragança, etc.; 3- A zona Mogiana que tinha como principais cidades de Franca, Mogi-Mirim, Ribeirão Preto, etc.; 4- A zona dos municípios tributários da Estrada de Ferro Paulista que era composta por Araras, Araraquara, Barretos, Limeira, Rio Claro, entre outras, 5- Araraquarense que tinha como municípios Brotas, Jáu, Rio Preto, etc.; 6- Zona Noroeste composta por Bauru, Araçatuba, etc.; 7- A zona Alta Sorocabana composta por Botucatu, Presidente Prudente, etc.

Como fruto do avanço tecnológico da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra foram criadas as estradas de ferro, que passaram a ganhar cada vez mais relevância nos anos trinta do século XIX naquela nação e se estendendo a outros países europeus. A primeira ferrovia foi inaugurada em 1854 no Brasil conhecida como linha de estrada de ferro de Mauá, que viu sua importância reduzida com a criação da linha de estrada de ferro D. Pedro II, a qual utilizava de determinado trecho da estrada de Mauá. Mesmo com interesses privados, as estradas apenas foram viabilizadas com a estatização dessa linha que abrangia a zona cafeeira do Rio de Janeiro e se encerrava em São Paulo (Cano, 2007).

A ferrovia teve uma importância muito significativa na expansão de terras produtivas e habitadas em todo Brasil, além de seu grande destaque na expansão da produção cafeeira no estado de São Paulo. A ferrovia gerou uma redução do custo e aumento da capacidade de transporte de produtos (Cano, 2007). Segundo Mello (1992) a ferrovia também poupou a utilização do trabalho escravo e permitiu uma qualidade maior ao produto que por fim gerou um incremento no preço internacional.

No Oeste Paulista, a primeira linha férrea foi concluída em 1867 pela São Paulo Railway, a Santos-Jundiaí, que traçava o percurso entre essas duas cidades e, com a formação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1868) até o final dessa década os trilhos se expandiriam para Rio Claro, entre outros municípios. Além dessa linha, outras também foram criadas e puderam abranger cidades como Sorocaba, Araraquara, Itu e Araras, abordando boa parte do interior paulista habitado na década seguinte, em um movimento expansionista que seguiu até 1940 como pode ser visto na tabela 4.

Tabela 4 – Expansão das linhas ferroviárias em São Paulo

Ano	Km Atingidos
1867	139 km
1875	655 km
1889	1.212 km
1890	2.425 km
1900	3.373 km
1910	5.204 km
1920	5.516 km
1930	7.101 km
1940	7.540 km

Fonte: Saes (2005).

De acordo com Saes (2005) na tabela 4 é observável que a expansão do café tanto em quantidade de quilômetros atingidos quanto seu direcionamento dentro do estado de São Paulo apresentam forte relação com a ocupação das terras no Oeste Paulista, pois em diversas vezes é visto que a expansão rumava às plantações, bem como viabilizaram áreas mais distantes dos portos que possuíam condições naturais e de solo favoráveis a produção do café, e por consequência gerava ocupação territorial em torno das lavouras cafeeiras, tendo papel fundamental na formação dos complexos em torno das lavouras.

As empresas ferroviárias tinham o café como seu principal objeto de receita, sua lucratividade resultava na expansão de linhas ferroviárias, permitindo aumento da capacidade produtiva pelo aumento de terras disponíveis. As duas atividades, café e ferrovia, possuíam forte relação de dependência entre si, no entanto, variáveis externas à produção do café surtiam efeitos distintos para ambos. A crise econômica iniciada nos Estados Unidos em 1893 refletiu negativamente na demanda pelo café visto que os norte-americanos eram os principais consumidores externos. Ao mesmo tempo, a grande depreciação do mil-réis nos anos 1890 compensou a queda do preço internacional do produto, logo o fazendeiro obtinha uma receita em mil-réis igual ou maior do que a recebida anteriormente, fazendo com que essa queda do preço internacional fosse amortecida pela desvalorização da moeda (Saes, 2005).

Apesar do reflexo da depreciação da moeda nacional para o café, a indústria ferroviária sofria uma influência negativa, uma vez que grande parte do seu custo era tido em materiais importados, gerando efeito reverso com a desvalorização da moeda nacional, portanto, elevando o custo de suas atividades, o que definia um conflito de interesses entre as duas partes. Neste sentido, foi instaurado em 1892 uma reforma dos contratos de concessão ferroviária para que fosse criada uma tarifa cambial a fim de que as tarifas de transportes se elevassem à medida que a moeda nacional se desvalorizasse, para que as ferrovias não fossem penalizadas exclusivamente pela variação da moeda (Saes, 2005).

Tabela 5 - Estado de São Paulo - Movimento financeiro e expansão da Rede Ferroviária da Cia. Mogiana e da Cia. Paulista

Médias Anuais	Via Férrea (km)	Contos de Réis (Despesa)	Receita	Saldo	Saldo (Receita %)
1876-1880	431	1054,2	2589,4	1535,2	59,3%
1881-1885	611	1833,6	4179,2	2345,6	56,1%
1886-1890	1034	3287,6	4714,1	1426,5	30,3%
1891-1895	1624	12520,4	21385,1	8864,7	41,5%
1896-1900	1726	18460,2	36657,1	18196,9	49,6%
1901-1905	2078	18086	38346,6	20260,6	52,8%
1906-1910	2327	19677,4	44285,5	24608,1	55,6%

Fonte: Cano (2007, p.59).

Como podemos ver através da tabela 5, que evidencia a evolução da estrada de ferro através das principais companhias ferroviárias do período, o crescimento da abrangência das estradas de ferro foi bastante acelerado em praticamente todo o período entre 1876 e 1910, crescendo em 30 anos aproximadamente 2 mil quilômetros de extensão. Foi a partir das reformas de 1892 que o saldo das companhias passou a expandir significativamente tanto pelo aumento das quantidades de café transportada como pelas reformas em relação as tarifas relacionadas ao cambio. É possível observar também que no começo do século XX, a receita das companhias teve um crescimento pequeno em comparação com o crescimento dos anos anteriores em razão de uma estagnação produtiva do café no período.

2.4 A formação do complexo econômico cafeeiro de São Paulo

A cultura do café atuou no cenário do país e, principalmente, no estado de São Paulo como agente transformador das regiões em que se fez presente. A expansão das lavouras cafeeiras criou uma atmosfera que demandava e incentivava outras atividades que envolviam essa cultura e levaram à formação de um complexo econômico em torno das terras cultivadas. Esse complexo econômico tinha a lavoura cafeeira ao centro e como atividades conexas a criação de sistemas bancários, atividade comercial, infraestrutura urbana, atividade industrial, agricultura de alimentos entre outras atividades. Com a evolução de cada uma dessas atividades elas se tornaram interdependentes, criando uma rede de conexões econômicas. À medida que essas atividades cresciam outras atividades vinculadas ao processo de urbanização também se expandiam, como comércio varejista, transporte urbano, energia elétrica, comunicação, construção civil, entre outras atividades (Cano, 2007; Silva, 1995).

A dinâmica das relações de produção do complexo cafeeiro paulista permitiu o crescimento acelerado da economia do estado. Podemos analisar a expansão cafeeira paulista a partir de 1886, em um cenário que tinha como resolvido o abastecimento de mão de obra, o preço do café estável a um nível satisfatório, condições de plantio extremamente favoráveis entre 1886 e 1887 com cerca de 465 milhões de cafeeiros, atingindo a capacidade produtiva de 685 milhões de pés de café, aumentando sua participação de 40% em 1885 para 60% na abertura do século XX (Cano, 2007).

A partir de 1886 com a chegada da mão de obra imigrante o suprimento de mão-de-obra havia sido resolvido, permitindo a continuidade da acumulação cafeeira e a criação e expansão de um mercado de trabalho e livre, havendo oferta abundante de mão de obra e salários flexíveis, tanto para o café quanto à indústria paulista nascente – caso do setor têxtil (Cano, 2007).

A formação do complexo cafeeiro teve como colaboradores inúmeros fatores que também se fizeram presente na operação produtiva e comercial do café, dentre os quais a ferrovia em relação ao transporte dos artigos cultivados e na possibilidade de expansão das áreas cultivadas e a imigração para integração de mão de obra nas lavouras de café, expandindo a massa demandante das funcionalidades desses complexos. Ambos os fatores já foram mencionados anteriormente em relação ao seu papel fundamental durante o processo de adentrar as terras do estado de São Paulo, portanto seguimos para exploração dos demais fatores que tornaram o processo de formação do complexo cafeeiro da forma que foi realizado.

3. AUGE E O DECLÍNIO DO CAFÉ NAS REGIÕES PAULISTAS

Ao analisar a conjuntura do ciclo cafeeiro no estado de São Paulo, é possível observar que a ascensão e decadência das diferentes localidades do estado possuem similaridades que justificam a semelhança do seu ciclo e especificidades que desenharam suas divergências, essas características nos auxiliam a identificar características de formação dessas regiões. Com intuito de facilitar o entendimento geográfico do estado de São Paulo, iremos utilizar o zoneamento criado por Sérgio Milliet (1941) em Roteiro do Café que faz comparações das regiões paulistas de acordo com as ferrovias que as perpassavam dividindo-as em: zonas Norte, Central, Mogiana, Paulista, Araraquarense, Noroeste e Alta Sorocabana, valendo o destaque para a cidade de Araras, foco desse trabalho, que se encontra na zona da Paulista.

Segundo Sérgio Milliet (1941) a política de interesses pessoais e imediatistas ambientaram a cultura para superprodução e a redução da qualidade em todo universo cafeeiro. A partir de 1925 já passou a se observar sinais claros do desaparecimento do exclusivismo do café. A ressurgência do algodão evita a grande emigração das zonas novas e consolida o comércio e o desenvolvimento das cidades, ameaçadas pela queda do café.

A grande imigração do fim do século XIX atenuou os efeitos da queda dessa cultura devido a criação de um complexo para atender a essa nova massa que adentrou as novas regiões. As fazendas que tem a produtividade reduzida em relação ao café são largadas por terras mais rentáveis e são subdivididas em pequenos sítios. A partir desse momento a monocultura é substituída pela policultura, muitas vezes esse processo é realizado pelo imigrante que teve a possibilidade de arrematá-las segundo Milliet (1941). O mesmo efeito não foi observado na região norte do estado devido a qualidade inferior das terras e devido a diferente conjuntura do café no momento da ruína dessa região, uma vez que a expansão para as terras do Oeste estava em plena ebulição com maiores oportunidades de terras.

Tabela 6 – Produção agrícola e população – Zona Norte do estado de São Paulo

Zona Norte - Ano	População	Café (Arrobas)	Açúcar (Arrobas)	Algodão (Arrobas)
1836	105.679	510.406	8.629,0	-
1854	146.055	2.737.639	11.350,0	-
1886	338.533	2.074.267	-	-
1920	490.660	767.069	410.759,0	210.342
Total	-	6.987.713	846.673	229.482

Fonte: Milliet (1941, p. 35).

Na zona Norte, o progresso da região se delimitou entre 1854 e 1886, o surto rápido de produção atraiu migrantes de outros estados como Rio de Janeiro, o auge atingido pelo Vale do Paraíba atingiu cerca de 2 milhões de arrobas, no entanto para essa região a abolição dos escravos, crises repetidas e a abertura de novas zonas exploráveis provocam rápido abandono das terras que já possuíam cafezais envelhecidos com baixa taxa produtiva no final do século XIX (Milliet, 1941).

Na região Norte, o crescimento da população foi contínuo mesmo que não acontecesse o mesmo com a produção, a população escala de 105.679 pessoas em 1836 para 490.660 em 1920, a adoção da policultura nessa região foi implantada desde cedo nas terras cansadas da região e o sitiante livre tomou espaço do escravo que foi transferido para outras terras. No entanto, nenhuma outra lavoura substituiu o café na exportação, nem algodão nem açúcar, mesmo que essas culturas tenham aumentado sua participação no total de exportações a partir de 1920.

Assim como na zona Norte, a zona Central também se desenvolveu a partir de 1836, porém com menor expressividade e tem seu auge no fim do século XIX. Em ambas regiões, o café teve sua localização em torno de núcleos existentes, os dois possuíam rios como importante para o desenvolvimento da cultura, entre outras similaridades. No entanto, a zona Central apresentava uma forte vantagem em relação a zona norte no que tangia à qualidade das terras e o benefício do incremento da imigração que foi mais forte na região central, tendo a chegada de imigrantes em larga escala no seu apogeu produtivo, inclusive pouco sofrendo com a abolição da escravatura.

Com o surgimento das novas zonas, a sua população pouco afluíu para as novas regiões exploradas, o açúcar e posteriormente o algodão conservaram um nível elevado de progresso para zona central, com exceção de regiões vizinhas da capital, localidades que nunca tiveram devida expressividade cafeeira – como Atibaia.

Tabela 7 – Produção agrícola e população – Zona Central do estado de São Paulo

Zona Central –		Café	Algodão	Açúcar
Ano	População	(Arrobas)	(Arrobas)	(Arrobas)
1836	102.733	70.378	-	354.300
1854	126.429	491.397	-	538.535
1886	299.216	3.008.350	272.674,0	218.504
1920	769.802	2.780.525	1.995.421,0	263.759
Total	-	10.066.671	6.537.332	1.646.976

Fonte: Milliet (1941, p. 44).

A zona central já era povoada e cultivada quando o café passou a se desenvolver, pois, como podemos ver com os dados da tabela 7, a partir de 1854 nota-se o café instalando-se nas regiões com terras em boa qualidade como Itú, Jundiaí, Campinas e Bragança. A partir de 1886, com o café em pleno desenvolvimento na região chegando a produzir mais de 3 milhões de arrobas, o açúcar tem sua produção reduzida pela metade, enquanto o algodão multiplica sua produção e toma devida importância em região como Porto Feliz, Itu e Tatuí.

Já em 1920 é possível observar a produção de café estagnada, mas com a colheita de algodão batendo níveis produtivos muito altos, chegando a 2 milhões de arrobas e uma produção de açúcar estacionária, mas ao mesmo tempo que a população tem um salto de 300 mil para mais de 760 mil habitantes. Para a região, campinas é o principal centro produtor, tanto de café como algodão e açúcar, privilegiada pela excelência das terras em que nem mesmo a crise a abertura do sertão vão abalá-la.

Tabela 8 – Produção agrícola e população – Zona Mogiana do estado de São Paulo

Zona Mogiana – Ano	População	Café (Arrobas)	Algodão (Arrobas)
1836	20.341,0	821	-
1854	51.265,0	82.750	-
1886	163.881,0	2.262.599	-
1920	811.974,0	7.852.020	500.214
Total	-	18.719.266	624.076

Fonte: Milliet (1941, p. 51).

Para a zona Mogiana, o café invade a um ritmo acelerado conforme visto na tabela 8 e pode-se destacar que o café tomou espaço antes mesmo da chegada dos meios de transporte, no entanto, a estrada de ferro surgiu em sequência conforme a expansão cafeeira a serviço dos fazendeiros instalados para transporte do café.

Tabela 9 – Produção agrícola e população – Zona Paulista do estado de São Paulo

Zona Paulista - Ano	População	Café (Arrobas)	Algodão (Arrobas)
1836	2.764	8.461	-
1854	21.889	223.470	-
1886	133.697	2.458.134	4.667
1920	537.237	4.148.462	891.513
Total	-	12.948.740	896.180

Fonte: Milliet (1941, p. 51).

Um movimento similar ao da zona Mogiana é visto na zona Paulista através da tabela 9, em que entre 1854 e 1886 é visto um salto muito grande de produção e população nessa zona, representando a transferência do café de solos do Vale do Rio Paraíba para o este paulista.

Portanto, o reflexo da decadência das zonas Mogiana e Paulista se opõem ao acontecido na zona norte por exemplo, pois naquelas regiões as terras não são abandonadas, mas o que se nota é o ensaio de outras culturas e a monocultura abre espaço para a policultura. A rede de estradas de ferro que se abriu com a invasão do café desenvolve fortes raízes, profundas para uma permanência do progresso dessas regiões inclusive na possibilidade de formação dos complexos cafeeiros. A produção de algodão e a citricultura se instalam nessa região desde o fim do século XIX e, em 1920, a zona da Paulista produz aproximadamente 900 mil arrobas de algodão e a Mogiana 500 mil, sendo a citricultura concentrada em Limeira, Araras, Araraquara e Rio Claro. A indústria também vai entrando aos poucos nos centros mais favoráveis para o seu desenvolvimento, inclusive favorece a distribuição de terra através da venda de lotes dos grandes latifúndios que o café já não sustenta mais (Milliet, 1941).

Tabela 10 - Participação por zona na produção total de café do estado de são paulo

Zona	1836	1854	1886	1920
Norte	86%	77%	20%	3%
Central	12%	14%	29%	13%
Mogiana	0%	2%	22%	36%
Paulista	1%	6%	24%	19%
Araraquarense	0%	0%	4%	19%
Noroeste	0%	0%	0%	3%
Alta Sorocabana	0%	0%	1%	8%

Fonte: Elaboração própria com dados de Milliet (1941).

A estagnação ou até mesmo o retrocesso da produção cafeeira na região é inegável, conseguimos observar através da tabela 10 a participação da zona Paulista entre 1886 e 1920 tendo uma redução de participação na produção do estado, crescendo a um ritmo bastante lento nesse período de 34 anos, no entanto, as raízes dessa produção proporcionaram frutos para o progresso das cidades nestas regiões. As zonas Mogiana e Paulista puderam bem utilizar a mão de obra imigrante que passaram futuramente a representar diferentes papéis nas economias locais, como proprietários dos sítios que se formaram, como comerciantes e, até mesmo, mão de obra manufatureira e proprietários da indústria que estava surgindo.

Frente aos cenários expostos até o momento de formação e decadência do café nas zonas paulistas até o início do século XX, devemos mirar como o processo se deu especificamente em Araras, cidade situada na zona da Paulista, que assim como outras cidades do Oeste Paulista, teve o café como agente transformador.

4. A FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO AGRÍCOLA DE ARARAS

Segundo Diniz (1968), o povoamento inicial da região onde se criou o município de Araras foi bastante lento, tendo o início de fato da exploração dessa localidade se dado na segunda década do século XIX com a formação de latifúndios que ainda aplicavam técnicas de cultivo rudimentares com utilização de mão de obra escrava. A formação econômica dessa região começou através da produção da cana de açúcar, porém, ela não era capaz de gerar condições de desenvolvimento para região, uma vez que não havia mercado suficiente para incentivar a expansão dessa cultura na localidade e não conseguia competir com as fazendas açucareiras já desenvolvidas do Nordeste brasileiro ou mesmo de outras regiões paulistas, como Piracicaba.

O café em meados da década de 1850 passou a ser introduzido em Araras, na transição entre as terras desgastadas do Vale do Paraíba em busca dos solos do cristalino e da terra roxa da Baixa Mogiana. Em busca das melhores regiões para a produção dessa nova cultura, terras antes ocupadas pela cana-de-açúcar cederam espaço ao café, sendo necessária a utilização de conhecimentos adquiridos no cultivo da cana para a baldeação de um solo mais fértil. O cultivo do café passou a mudar a paisagem da cidade, substituindo a plantação da cana pelos cafezais, novas áreas de mata derrubada para a ampliação dos cafeeiros e inclusive a construção de casas mais amplas, e ricas dos novos proprietários (Diniz, 1968)⁶.

A criação do município de Araras traz como marco a formação realizada pelos irmãos Bento de Lacerda Guimarães e José de Lacerda Guimarães, sendo que os irmãos Lacerda representavam 2 dos 3 habitantes com maior renda de Araras em 1876 (Lista de votantes de Araras 1876), e detinham entre ambos uma sociedade a qual tinha como objeto principal a cultura do café nas terras de sua posse, as quais em grande parte eram situadas na região de Araras (Ulson, 1948). Tal estrutura de formação da cidade exemplifica a alteração de cultura canavieira ao café naquela localidade, exemplificando também a forma que o café foi se enraizando no desenvolvimento agrícola da cidade.

⁶ De acordo com Furtado (2005), a gestação da economia cafeeira no estado de São Paulo, incluindo-se Araras, ocorreu entre o segundo e, principalmente, o terceiro quartel do século XIX. O cultivo possuía uma necessidade de capital variável muito menor que outras culturas, já que seu equipamento de produção era mais simples e se baseava apenas no fator terra e tinha como base de mão de obra inicial o sistema escravista.

Tabela 11 – População e produção de café na região de Araras e São Carlos

Variáveis	1854	1874	1886	1900	1905
População	21.889	69.614	133.797	275.079	-
Produção de café	-	233.470	2.458.134	-	7.417.916

Fonte: *Elaboração própria com dados de Saes (1981) e Camargo (1981).*

A tabela 11 demonstra uma relação positiva existente entre produção de café e crescimento da população na região de Araras e São Carlos. Retomando os dados de Saes (1981) na tabela 5, é possível também identificar que a extensão dos trilhos ferroviários é atrelada ao crescimento do café na região, visto que a rubiácea era o principal elemento transportado pela malha ferroviária, gerando crescimento da receita da Companhia Paulista e lhe permitindo se expandir, além disso a evolução demográfica das cidades também acrescia a receita da companhia devido a necessidade de mais serviços de transporte (Silva, 2013).

No entanto, a partir de 1896 já eram visíveis os sinais de crise, a partir da acumulação de estoque e redução do preço do café, no entanto, para Araras o problema não se restringia à comercialização, uma vez que sua estrutura produtiva havia envelhecido, os pés de café beiravam cinquenta anos e foram plantados sob condições precárias, o que reduzia sua vida útil, segundo Diniz (1968).

O Brasil durante o período analisado em questão passou por dois momentos críticos que afetaram diretamente a evolução agrária da cidade de Araras. Segundo Franco e Lago (2011), a primeira foi a crise do Encilhamento, instaurada no país em 1897/1898 que contava com um cenário nacional de alta oferta de moeda que tinha se expandido entre 1889-1894 e gerava uma inflação que alcançava em torno de 20% ao ano e a depreciação da moeda brasileira a níveis mínimos, além da entrada em um período de ajuste fiscal pela necessidade de execução da operação conhecida como *funding loan* que viria a estruturar a dívida pública brasileiro a um custo de forte ajuste fiscal.

Sobretudo para o estado de São Paulo, a crise tomou outra proporção por razões específicas, o de plantio de café crescia de forma muito acelerada a causar queda no preço da *commodity* e a depreciação ainda maior do câmbio, esses fatores refletiram em um aumento ainda maior da inflação (Franco e Lago, 2011). O aumento de produção do café passou de um crescimento médio de aproximadamente 2,8 milhões de sacas entre 1890 e 1896 para 6 milhões entre 1897 e 1900. O cenário denota uma crise de superprodução que gera um desequilíbrio no mercado de café que refletia na depreciação progressiva do preço do café e da moeda nacional.

Já o segundo período de crise foi iniciado nos princípios do século XX, com o aumento da produção que passa de 5,5 milhões de sacas em 1890-91 para 16,3 milhões de sacas em 1901-02 e, em 1905, a taxa de câmbio experimenta uma forte valorização de 30% e se recupera do nível de 1902 – junto ao auge na exportação da borracha – a apreciação diante de uma safra com expectativa recorde em 1906 criou a motivação para o surgimento do Convênio de Taubaté que viria, entre outras medidas, criar o programa para financiamento dos estoques excedentes de café pelo governo com intuito de evitar a queda do preço do café no mercado internacional, evitar uma elevada valorização cambial e vender futuramente o café estocado a maiores cotações (Franco e Lago, 2011).

Segundo Caldeira 1929, Araras tinha sua área formada por latifúndios de café que já atravessavam uma tendência declinante por volta do ano de 1908. O café que passava naquele período por uma depreciação do seu valor gerou também uma conseqüente diminuição do salário do empregado da região, criando assim um êxodo de trabalhadores para novas terras. Com a decadência do preço e da produção do café, passou a se observar a fragmentação de grandes propriedades e falências de alguns fazendeiros, a mudança das posses dessas terras fora destinada em grande parte para mão de estrangeiros, que iniciaram portanto um processo de migração de cultura dessas terras onde antes se situavam o café.

Segundo Diniz, (1968), a cidade de Araras na metade do século XX teria certas peculiaridades quanto a sua estrutura agrária, como a baixa incidência de latifúndios ou minifúndios como unidades de produção agrícola, em virtude da divisão das terras nos anos de decadência das fazendas de café. Para ele, a formação rural constituída no município é caracterizada pelos chamados bairros rurais que são reuniões de vários sítios fragmentados de fazendas antigas de café. Portanto, as unidades de povoamento formadas estão ligadas diretamente a crise da economia cafeeira, tendo sua maior proliferação entre 1900 e 1930, mesmo que a partir de 1880 já se observasse referências de agricultores de mandioca, refletindo início dos bairros rurais antes mesmo da crise do café. Dessa forma, o município apresentaria um equilíbrio fundiário e maior distribuição de renda em relação a produção agrícola do que a média observada na região em que se encontra.

Tabela 12 - Evolução do número de cafeicultores instalados no município de Araras (SP) entre 1897 e 1912

Ano	Quantidade de Cafeicultores	Grandes Produtores	Médios Produtores	Pequenos Produtores
1897	40	10	20	10
1898	41	11	19	11
1899	43	13	19	11
1900	45	18	26	11
1901	48	17	17	14
1902	45	9	24	12
1903	46	13	18	15
1904	47	10	19	14
1905	58	11	20	27
1906	59	21	13	25
1907	58	4	23	31
1908	64	22	19	23
1909	62	21	17	24
1910	61	21	17	23
1911	71	24	17	30
1912	71	23	18	30

Fonte: Cressoni (2007, p.66).

Podemos observar através da tabela 12 a relação de fragmentação de terras principalmente no começo do século XX, onde observamos uma estagnação entre 1897 e 1904 na quantidade de grandes cafeicultores, e o crescimento dos pequenos e médios produtores a partir 1905, denotando um fracionamento dos grandes produtores. Além disso, podemos ver que o número de pequenos produtores tem apenas uma tendência de crescimento durante todo período e o mesmo não é observado para quantidade de grandes e médios produtores que permanecem estagnados entre 1908 e 1912.

De acordo com Diniz (1968) determinadas culturas de plantio são escolhidas de acordo com tipos de solo, como por exemplo a presença de mandioca que é uma cultura comumente encontrada em solo originário do tubérculo ou da cana de açúcar em solos de terra roxa, de forma geral é possível identificar correlação entre sistemas agrícolas e condições naturais. Em suma, a causa da distribuição dos cultivos e da multicultura em uma região possui grande influência dos solos, mas também se baseia nas possibilidades de exploração agrícola e na evolução agrícola da região. Produção de mandioca e de laranja significam produções com

possibilidades de grande lucro sem grandes custos de produção e passam a serem observadas a partir do início do século XX.

5. O ESTADO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE ARARAS EM 1904-1905

A partir dos dados retirados da Estatística Agrícola e Zootécnica de Araras 1904-1905 tentaremos estabelecer algumas análises acerca das características agrícolas do município de Araras com objetivo de evidenciar e comparar informações trazidas ao longo do trabalho. Para auxiliar na compreensão dos dados iremos utilizar a classificação trazida por Luna, Klein e Summerhill (2012) em relação ao tamanho das propriedades com base na área plantada de café em alqueires e do total de produção de café em arrobas, portanto a classificação de pequenos produtores são aqueles que detêm uma área plantada de café entre 1 e 25 alqueires, médios produtores possuem uma área com plantação de café entre 26 a 100 alqueires e os grande produtores são aqueles que possuem mais de 100 alqueires de área com plantação de café.

Nos anos 1904-1905, Araras possuía 21.660 alqueires de terras totais, sendo aproximadamente 6 mil alqueires de área cultivada, representando 27,7% de toda a área do município, e aproximadamente 3.700 alqueires de área plantada destinada a produção de café (61,6% de toda a área cultivada da cidade). Esse cenário expõem a dominância do café sobre outras culturas, principalmente por ser o principal bem exportado pelo país no começo do século XX.

Tabela 13 - Tamanho das propriedades agrícolas de Araras em 1904-1905

Tamanho das propriedades agrícolas	Quantidade
até 10 alqueiras	43
até 25	20
até 50	16
até 100	21
até 250	7
até 500	15
até 1000	7
mais que 1000	5
Total	134

Fonte: Autoria própria com dados de Estatística Agrícola e Zootécnica de Araras (1904-1905).

Através da tabela 13 podemos identificar que Araras detinha 134 propriedades agrícolas no período analisado, sendo 55% dessas propriedades produtoras de café, e o restante delas apenas se ocupavam de outras culturas não relacionadas ao café.

Tabela 14 - Tamanho das propriedades cafeeiras de Araras em 1904-1905

Tamanho das propriedades cafeeiras	Quantidade
Até 25 alqueires	42
de 25 à 100 alqueires	15
Acima de 100 Alqueires	16
Total	73

Fonte: Autoria própria com dados de Estatística Agrícola e Zootécnica de Araras (1904-1905).

Segundo os dados da tabela 14 e a classificação de Luna, Klein e Summerhill (2012), a composição das 73 propriedades cafeeiras de Araras era 57% pequenos, 20% médios e 22% grandes produtores. Segundo os dados da Estatística Agrícola de Araras, apenas 38,4% das terras cultivadas do município eram destinadas a outras culturas, e mesmo que 45% das propriedades não tivessem qualquer plantação de pés de café, esse cenário exemplifica o início de processo mencionado por Zambarda e Sampaio (2001) de que, a partir de 1908, já era possível se observar a fragmentação das fazendas e o início da policultura em núcleos produtivos menores, com menor incidência de latifúndios no município.

Tabela 15 - Distribuição de área cultivada em diferentes tamanhos de propriedades

Área cultivada da Prop.	Área cultivada	Café	Cana	Arroz	Feijão	Milho
0 a 25 alqueires – Pequena	8%	3%	67%	25%	11%	17%
26 a 50 alqueires – Média	8%	6%	29%	30%	15%	16%
51 a 100 alqueires – Média	12%	12%	5%	12%	20%	13%
+100 alqueires - Grande	73%	78%	0%	33%	53%	55%

Fonte: Autoria própria com dados de Estatística Agrícola e Zootécnica de Araras (1904-1905).

Pode-se observar de acordo com a tabela 15 o destaque que as pequenas e médias propriedades tiveram sobre as demais culturas além do café. Classificando as propriedades em categorias de tamanho segundo Luna, Klein e Summerhill (2012), é possível perceber que as propriedades com mais de 100 alqueires de área cultivada representam 73% de toda a área cultivada do município, e é visto que 78% da produção de café é realizada em grandes propriedades. Entretanto, a mesma hegemonia não é observada nos demais cultivos, as demais culturas possuem uma participação de pequenas e médias propriedades relativamente maior, comparando-se ao café, como é possível ser visto na produção de cana-de-açúcar que é mais presente em pequenas propriedades, e na distribuição mais uniforme na produção de arroz, feijão e milho entre os diferentes tamanhos de propriedades, sinalizando um comportamento

do cenário agrícola do município, que pode ter relação com o reflexo do desmembramento das propriedades e da fragmentações das antigas terras de café para a produção de novas culturas.

Tabela 16 - Composição das propriedades agrícolas em Araras 1904-1905

Nacionalidade	Quantidade	Distribuição Nac.	Área total	Distribuição Área
Brasileiros	78	58,2%	19.450	89,8%
Italianos	44	32,8%	602	2,8%
Portugueses	6	4,5%	299	1,4%
Austriacos	0	0,0%	-	0,0%
Alemães	1	0,7%	40	0,2%
Ingleses	0	0,0%	-	0,0%
Espanhóis	1	0,7%	83	0,4%
Franceses	2	1,5%	1.051	4,9%
Dinamarquezes	2	1,5%	135	0,6%
Diversos	0	0,0%	-	0,0%
Total	134	100,0%	21.660	100,0%

Fonte: Autoria própria com dados de Estatística Agrícola e Zootécnica de Araras (1904-1905).

Através da tabela 16 podemos verificar a existência de 134 propriedades oficiais registradas em Araras em 1904-1905, sendo aproximadamente 58% delas propriedades de produtores brasileiros e aproximadamente 42% de produtores imigrantes, com destaque para a presença de 32,8% dessas propriedades em posse de proprietários italianos, reforçando a importância que essa nacionalidade teve na criação da cidade. No entanto, um cenário diferente é visto na distribuição da área total, visto que mesmo que apenas aproximadamente metade dos proprietários são brasileiros, eles representam a posse de cerca de 90% da área total analisada, demonstrando que o tamanho das terras dos brasileiros era maior em média do que a terra dos imigrantes, além disso, mesmo que os italianos detivessem a posse de 32,8% das propriedades, eles tinham posse de uma área de terra muito pequena (2,8%), demonstrando mais uma vez, que a terra cultivada por imigrantes que foram adquiridas anos após o início da produção cafeeira, são de menor tamanho, uma vez que teve foco na produção das demais culturas e é fruto de um movimento de fragmentação das terras a medida que o café passava por uma sequência de crises.

Tabela 17 - Participação nas produções agrícolas por nacionalidade em Araras 1904-1905.

Nacionalidade do Prop.	Café	Açúcar	Aguardente	Arroz	Milho	Algodão	Feijão
Brasil	88%	0%	51%	76%	83%	100%	84%
Itália	0%	38%	45%	6%	5%	0%	3%
Dinamarca	1%	0%	4%	11%	1%	0%	1%
Espanha	1%	0%	0%	0%	1%	0%	1%
França	0%	62%	0%	1%	0%	0%	0%
Alemanha	4%	0%	0%	0%	3%	0%	3%
Portugal	5%	0%	0%	6%	7%	0%	7%

Fonte: Autoria própria com dados de Estatística Agrícola e Zootécnica de Araras (1904-1905).

Através dos dados da tabela 17 conseguimos observar que o imigrante passa a ter uma participação maior nas demais culturas agrícolas, portanto a partir de uma fragmentação de terras ocorrida no território no início do século, o novo proprietário busca se especializar em outras culturas e o proprietário brasileiro não tem a mesma hegemonia em outros cultivos, como pode ser observado com o açúcar, arroz e milho que antes possuía na produção de café.

Tabela 18 - Crescimento da participação da comunidade italiana nas atividades comerciais urbanas em Araras

Origem do proprietário(s)	1896	1906	1912
Italianos	65	114	95
Alemães	19	25	14
Suíços	1	1	1
Suecos	1	1	**
Espanhóis	**	**	2
Brasileiros	59	62	35
Francês/Brasileiros	**	**	1
Sueco/Brasileiro	**	**	1
Total de estabelecimentos	145	203	149
% sobre o total de estabelecimentos	45%	56%	63,76%

Fonte: Cressoni (2007, p.188).

De acordo com Cressoni (2007), os imigrantes italianos deixaram fortes marcas na cidade de Araras, essa nacionalidade de imigrantes auxiliou na construção e expansão da cidade e principalmente da rede comercial de Araras, é possível perceber através da tabela 18 o crescimento da participação da comunidade italiana nas atividades comerciais da cidade entre

1886 e 1912. A comunidade italiana em 1896 já representava 45% de participação como proprietários de estabelecimentos comerciais urbanos em Araras, tendo ao longo dos anos aumentado essa participação e chegando a deter 56% e 63,76% das propriedades comerciais em 1906 e 1912 respectivamente. Cressoni (2007) destaca que os italianos tiveram um forte papel no comportamento da sociedade, como o enfrentamento às regras impostas pela Igreja Católica e a criação de protestos em conjunto com os alemães em relação a novas condutas aprovadas em abril de 1890 que alteravam os Códigos de Postura da cidade, como regras de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Os dados da tabela 17 exemplificam a participação que o imigrante, e não somente o italiano, teve no desenvolvimento urbano da cidade de Araras, detendo a grande parte dos estabelecimentos comerciais da cidade, chegando em 1912 a representar 85% das posses dos estabelecimentos comerciais urbanos.

Gráfico 1 - Divisão de trabalhadores nas propriedades agrícolas de Araras 1904-1905



Fonte: Autoria própria com dados de Estatística Agrícola e Zootécnica de Araras (1904-1905)

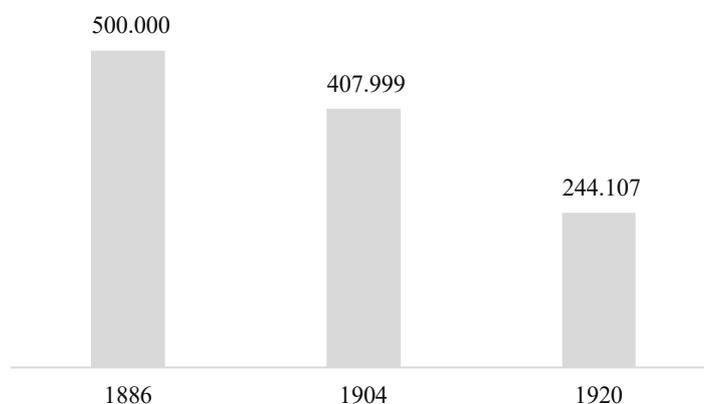
O Gráfico 1 traz mais um ponto de vista em relação a participação do imigrante na cidade de Araras, em 1904-1905, 80% dos trabalhadores em propriedades agrícolas eram imigrantes e apenas 20% eram nacionais, demonstrando o papel do imigrante na força de trabalho e na transformação social no estado de São Paulo no período de café, como mencionado por Martins (2013).

Tabela 19 - Maiores fazendeiros de café em Araras 1904-1905

Nome do proprietário	Nacionalidade	Pés de café	Café (Arrobas)
Baroneza do Arary	Brasil	600.000	45.000
Anezia Chaves D	Brasil	465.000	44.000
Luiz Delamain	Brasil	448.000	30.000
Ignacio Penteado	Brasil	450.000	25.000
Justiano Whitaker Oliveira	Brasil	391.000	25.000
Luiz de vasconellos Lins Dr.	Brasil	275.000	20.000
Maria das Dores Alves Lima	Brasil	400.000	18.000
Barão de Tatuhy	Brasil	514.000	16.000
Veridiana Prado, D	Brasil	322.988	15.000
Jambeiro Costa	Alemanha	209.000	15.000
Padre Joaquim Franco de Camargo	Brasil	219.000	13.000
Juvenal Penteado	Portugal	205.814	12.000
João Soares do amaral	Brasil	130.000	12.000
Franco & Irmã	Brasil	240.000	10.000
Viuva Vianna & Companhia	Brasil	162.000	10.000
Total		5.031.802	310.000

Fonte: Autoria própria com dados de Estatística Agrícola e Zootécnica de Araras (1904-1905)

Através da tabela 16 pudemos observar a distribuição de nacionalidades dos proprietários de Araras em 1904-1905, vimos que brasileiros representavam 58% dos proprietários, italianos 33% e as demais nacionalidades representavam 9% dos proprietários. Confrontando estes dados com os trazidos na tabela 19, podemos ver uma concentração ainda maior quando observamos as 15 maiores propriedades vinculadas ao café, pois 15 dos 134 maiores produtores agrícolas de Araras concentram 75% de toda produção de café da cidade, contendo apenas 2 estrangeiros dentro dos maiores produtores de café. Esses dados apresentados nos auxiliam a observar um fenômeno trazido por Milliet (1941) em que as fazendas adquiridas pelos imigrantes no início do século XX passam a buscar por outras culturas além do café, uma vez que, apesar da cultura atravessar uma certa decadência na sua relevância produtiva do estado no período, a posição de grande cafeicultor ainda era concentrada nas mãos de uma elite local e nacional.

Gráfico 2 - Evolução da produção cafeeira de Araras entre 1886 e 1920 (em arrobas)

Fonte: Elaboração própria com dados de Milliet (1941) e Estatística Agrícola e Zootécnica de Araras (1904-1905)

Por fim, através dos dados trazidos por Milliet (1941) e contidos na Estatística Agrícola e Zootécnica de Araras de 1904-1905, reproduzidos no Gráfico 2, é possível observar de fato uma queda na produção de café da cidade de Araras no começo do século de XX como apontado pelas demais evidências apresentadas até aqui, enquanto entre 1886 e 1920 a região Paulista viu um crescimento de 69% em toda sua produção cafeeira, a cidade de Araras observou uma queda de 18,4% entre 1886 e 1904 e uma queda ainda maior de 40% entre 1904 e 1920, refletindo de fato uma tendência declinante da produção cafeeira da cidade de Araras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Celso Furtado (2005) a economia cafeeira foi formada por homens com experiência comercial, e a descentralização do poder pós a Proclamação da República permitiu uma maior inserção desse grupo produtor do café com a política que surgia ali criando forte influência dos interesses dos produtores de café nas decisões políticas da época. Como cita Caio Prado Júnior (1981), o café para o Brasil significou marco da evolução econômica, durante 3 séculos essa cultura concentrou a principal parte da riqueza do país quase que detendo um monopólio dessa cultura que era um dos principais bens comercializados, isso influenciou diretamente na formação da base sócio cultural e econômica do país, havendo a grande elite do país com a soberania da política nacional, influenciando ainda mais na representatividade e importância econômica de São Paulo, liderando até os dias de hoje como uma liderança efetiva dos estados.

O presente trabalho buscou demonstrar as influências do café como agente transformador na cidade de Araras, os reflexos que as crises relacionadas a essa cultura e a própria forma que sua evolução acelerada colaboraram com a decadência produtiva desse fruto culminando em uma nova transformação agrícola e econômica na cidade, e por fim como o movimento de imigração originado da necessidade de mão de obra impactou na formação da socioeconômica da cidade.

Baseando nos dados da Estatística Agrícola de Araras de 1904-1905 e através dos textos base mencionado ao longo do trabalho, a produção de café sofreu uma queda no início do século XX, principalmente em meados de 1904-1905 devido entre outros motivos, pela crise de superprodução em todo o estado, a desvalorização do preço internacional do café, a variação cambial e a queda de qualidade dos cafezais devido a idade das plantações.

Com dados abordados por Milliet (1941) e pela Estatística Agrícola e Zootécnica de Araras de 1904-1905 foi possível identificar uma decadência da produção do município no início do século XX, principalmente quando feita a comparação entre 1886 e 1904. Com embasamento das características de uma transição agrária trazidas por Diniz (1968), Cressoni (2007), Milliet (1941) e Zambarda e Sampaio (2001) também foi possível identificar que Araras já não apresentava a produção condizente a sua capacidade produtiva e que eram presentes os sinais referente ao desmembramento de terras de uma transição de monocultura para a policultura e o surgimento de novos cultivos como substituição do café e a introdução massiva do imigrante como proprietário de terras agrícolas.

Encontramos em meio aos dados trazidos a participação de brasileiros e estrangeiros como proprietários de terras e seu papel na produção das demais culturas agrícolas que vieram a surgir, apesar da existência de grandes propriedades, é importante identificar o papel que os pequenos e médios produtores tiveram dentro da evolução agrária da cidade, representando a grande maioria das propriedades listadas no período analisado e principalmente na produção dos demais produtos além do café.

Conclui-se que a cidade de Araras foi construída sobre as influências diretas que o café o todo seu complexo lhe proporcionou, através dos meios criados para e por esse complexo foi possível desenvolver todos os pilares da sociedade ararense. O desenvolvimento de toda cultura cafeeira foi influenciada por fatores internos e externos que, portanto, impactaram diretamente na trajetória de crescimento. Entre outras influências, a chegada da mão de obra imigrante foi um dos principais impulsionadores do desenvolvimento da cidade, foram através de mãos imigrantes que a produção da cultura se fez possível no primeiro momento, e foi através dos imigrantes que uma reformulação da cidade além do café também foi possível em momentos de decadência dessa cultura, principalmente quando se analisada sua participação dentre a evolução urbana da cidade que são refletidos até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, C. Espumas flutuantes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.
- ARARAS (SP). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Geração de Emprego e Renda. Coordenadoria de Turismo. Plano Diretor de Turismo de Araras/SP. Araras, 2015.
- CALDEIRA, J. N. As nossas riquezas. Araras: Ed. Empreza Commercial e de Propaganda Brasil, SP, v.5, 1929.
- CAMARGO, J. F. Crescimento populacional no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. Ensaio sobre a relação entre demografia e economia. Boletim núm. 153. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1952.
- CAMARGO, J. F. Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: FIPE, 1981.
- CANO, W. Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, p. 52, 2002.
- CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. T. A. Queiroz, p. 59, 2007.
- CRESSONI, F. E. Fazenda Montevidéo: barões, escravos e imigrantes na formação do Oeste Paulista, p. 10-199, 2007.
- DE SAES, F. A. M. As ferrovias de São Paulo, 1870-1940. Editora Hucitec em convênio com o Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1981.
- DE SAES, F. A. M. Café e Ferrovias à época do Convênio de Taubaté. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 2, n. 1, 2005.
- DA SILVA, G. P; DALLA COSTA, A. Companhia ararense de leiteria (1909-1920): louiz nougués e a realização de um sonho. História Econômica & História de Empresas, v. 10, n. 1, 2007.
- DA SILVA, G. P. et al. Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897). 2011. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia.
- DINIZ, J. A. F. Organização agrária do município de araras. Tese (Doutorado em Ciências – Geografia Agrária) Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Rio Claro, 1968.

EINSENBURG, P. L. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. Estudos Econômicos, 1987

FRANCO, G. H. B; LAGO, L. A. C. A Economia da República Velha, 1889-1930. Rio de Janeiro: Textos para discussão número 588, Departamento de Economia da PUC, 2011.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

HOLLOWAY, T. H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

HUGON, P. Demografia brasileira. São Paulo: Ed. Atlas/EDUSP, p. 99-100, 1973.

MARTINS, J. S. O cativo da terra. São Paulo: HUCITEC. 1996.

SILVA, H. M. M. Café, imigração e urbanização no interior paulista. Fato & Versões-Revista de História, v. 5, n. 9, 2013.

MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio. 8º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

MILLIET, S. Roteiro do café e outros ensaios, (ampl.). São Paulo: Departamento de Cultura, p 1-70, 1941.

PETRONE, M. T. S. Imigração in FAUSTO, B. Historia Geral da Civilização Brasileira. TOMO III (O Brasil Republicano), 2o volume, cap. III. Difel, 2a ed. São Paulo, 1978.

PRADO JUNIOR, C. Historia econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROSSINI, G. Notas sobre o comércio doméstico de escravos no Oeste Paulista, 1875-1880, 2016.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Estatística Agrícola e Zootécnica de Araras no ano agrícola de 1904 -1905. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1907.

SUMMERHILL, W. R., KLEIN, H. S. e LUNA, F. V. A agricultura paulista em 1905. Estud. Econ., São Paulo, 2014.

SILVA, S. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 1ª ed. São Paulo. Alfa-Omega 1976.

SILVA, S. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 8. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1995.

SILVA, H. M. M. Café, imigração e urbanização no interior paulista. *Fato & Versões-Revista de História*, V5, n. 9, 2013.

SIMONSEN, R. C. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1973.

SINGER, P. O Brasil no contexto do capitalismo internacional: 1889-1930. In: FAUSTO, B. *Historia Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1o volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 387, 2006.

TAUNAY, A. E. *Historia do café no Brasil. Volume sexto: no Brasil imperial, 1872-1889 (Tomo IV)*. 1939.

ULSON, O. História de Araras. In: ALMEIDA, N. M. de. (org.). *Álbum de Araras: documentário histórico, geográfico, e ilustrativo do Município de Araras*. Araras: Odeon, P 15-34, 1948.

VERSIANI, F. R., TANNURI-PIANTO, M. e VERGOLINO, J. R. O. Demand factors in the nineteenth-century Brazilian slave market. *Associação Nacional dos Centros de Pós graduação em Economia*, 2003

ZAMBARDA, W. I. M; SELINGARDI-SAMPAIO, S. A Industrialização de Araras, SP: Uma Análise das Etapas Sucessivas de Investimentos e Da Relação Local/Global, *GEOGRAFIA*, Rio Claro, Vol. 26(3): 55-95, 2001.